



Estratégia
Concursos

5° SIMULADO

PCERJ

INSPETOR



Simulado Especial

Simulado – Inspetor - PCE-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do PC-RJ;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC/FGV.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-PC-RJ-Inspetor-23-02>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS**TEXTO I****A letargia que deságua em tragédias**

Para se protegerem da enxurrada de críticas e cobranças que desabam sobre seus ombros junto com as chuvas de verão, governos costumam apelar para a força da natureza. Não raramente, as primeiras explicações para justificar tragédias, por vezes evitáveis, dizem respeito à intensidade desses fenômenos. Como se o despreparo das cidades parecesse desculpável diante de tempestades arrasadoras.

Não há dúvida de que esses eventos extremos, devastadores, estão cada vez mais frequentes — especialistas dizem que eles são “o novo normal”. Mas, exatamente por isso, municípios, estados e União precisam se precaver. O que significa se planejar e investir em obras e ações contra chuvas, de modo a evitar mortes e reduzir os impactos inexoráveis das tempestades. Mas, de modo geral, não é o que se tem visto.

No Espírito Santo, as chuvas de janeiro causaram dez mortes e arrasaram municípios no sul do estado. Em Minas, pelo menos 60 pessoas morreram em consequência da tempestade do mês passado, as mais intensas dos últimos cem anos. Em São Paulo, o aguaceiro da última segunda-feira, o mais forte em 37 anos, deixou pelo menos seis mortos, destruiu estradas e causou prejuízos incalculáveis a moradores e comerciantes. O Rio, cenário de tragédias históricas, ainda sofre os efeitos dos temporais de fevereiro e abril de 2019, que mataram 17.

Há muitos fatores que contribuem para agravar as consequências das chuvas. Nas últimas décadas, acentuou-se o processo de urbanização. As cidades incharam, quase sempre de forma desordenada, caótica mesmo. Ampliou-se a impermeabilização do solo, o que dificulta o escoamento das águas. Projetos equivocados esconderam ou desviaram rios e córregos. Sistemas deficientes de coleta de lixo, somados à falta de conscientização das populações, têm levado ao entupimento de bueiros e ao estrangulamento dos cursos d'água.

A leniência dos governos com a ocupação irregular de encostas e margens de rios — por negligência ou objetivos eleitoreiros — também costuma resultar em tragédias. Uma pesquisa do IBGE em parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), de 2018, revelou que mais de 8 milhões de pessoas em todo o país vivem em áreas sujeitas a deslizamentos ou enchentes.

A despeito da gravidade do quadro, prefeitos e governadores têm reduzido investimentos em obras contra cheias, fundamentais para salvar vidas e atenuar danos. Limitações fiscais, que de fato existem, não podem servir de pretexto para a letargia. Por isso mesmo, gestores precisam traçar prioridades. As tormentas letais deste início de ano têm sido exemplares para mostrar que o problema não pode ser tratado de forma tão amadorística por União, estados e municípios.

É essencial um plano de ação que não fique limitado a governos. Afinal, trata-se de uma questão de Estado. E não há mais tempo a perder. Deve-se começar é já, de modo a preparar as cidades para os próximos verões.

<https://oglobo.globo.com/opiniaio/a-letargia-que-desagua-em-tragedias-1-24250125>

01. É correto inferir sobre o texto:

- a) O fator principal do despreparo das cidades em lidar com tragédias naturais é a falta de coleta seletiva de lixo.
- b) Espírito Santo, Bahia e Minas são os únicos exemplos dos desastres provocados pela natureza e agravados pela desestruturação das cidades.
- c) Limitações fiscais é o grande impeditivo da ação dos governos a fim de amenizar os efeitos das tragédias.
- d) Municípios, estados e União precisam se preparar, pois cada vez mais eventos de maior intensidade vêm ocorrendo.
- e) Mais de oito milhões de pessoas do Sudeste ainda vivem em áreas sujeitas a deslizamentos, segundo dados do IBGE.

02. Observe os itens abaixo:

- I. A denominação “o novo normal” (2º parágrafo) refere-se ao fato da recorrência de tragédias geradas pela chuva.
- II. O principal fator responsável por essas tragédias é a falta de conscientização das pessoas no descarte de lixo.
- III. Mesmo com a gravidade do que vem ocorrendo, governantes têm diminuído o repasse de verbas para obras de prevenção a cheias.

É correto afirmar:

- a) Apenas a I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) Apenas a III está correta.

03. Sobre o gênero textual em questão

- a) é uma reportagem, haja vista o caráter prescritivo do texto.
- b) é um artigo de opinião, haja vista o caráter opinativo do texto.
- c) é uma crônica, haja vista a forma de narrar o cotidiano.
- d) é uma notícia, haja vista o caráter opinativo e temporal do texto.
- e) é uma carta do leitor, haja vista o caráter expositivo do texto.

04. Em “A letargia que deságua em tragédias”, título do texto, a palavra destacada pode ser corretamente substituída por

- a) força
- b) veemência
- c) potência
- d) apatia
- e) viço

05. Dos trechos transcritos abaixo, foram destacados alguns conectivos. Aquele em que a definição do valor semântico não corresponde ao contexto e à sua classificação é:

- a) “Para se protegerem da enxurrada de críticas e cobranças que desabam sobre seus ombros junto com as chuvas de verão” (1º parágrafo) – finalidade
- b) “Mas, exatamente por isso, municípios, estados e União precisam se precaver.” (2º parágrafo) – adversidade.
- c) “Em São Paulo, o aguaceiro da última segunda-feira, o mais forte em 37 anos, deixou pelo menos seis mortos, destruiu estradas e causou prejuízos incalculáveis a moradores e comerciantes.” (3º parágrafo) – adição.
- d) “A despeito da gravidade do quadro, prefeitos e governadores têm reduzido investimentos em obras contra cheias, fundamentais para salvar vidas e atenuar danos.” (6º parágrafo) – concessão.
- e) “Afinal, trata-se de uma questão de Estado. E não há mais tempo a perder”. (6º parágrafo) – conformidade.

06. A palavra “leniência”, 5º parágrafo, estabelece relação de sinonímia no texto com a palavra

- a) tolerância
- b) mansidão
- c) brandura
- d) lentidão
- e) júbilo

07. No trecho abaixo, a palavra “que” é um conectivo, por ligar uma oração a outra anterior, e um elemento de coesão referencial, por retomar palavra anterior.

“Para se protegerem da enxurrada de críticas e cobranças que desabam sobre seus ombros junto com as chuvas de verão, governos costumam apelar para a força da natureza.”. (1º parágrafo)

Marque a alternativa em que a palavra sublinhada não cumpre esses mesmos papéis:

- a) “Mas, de modo geral, não é o que se tem visto.” (2º parágrafo)
- b) “O Rio, cenário de tragédias históricas, ainda sofre os efeitos dos temporais de fevereiro e abril de 2019, que mataram 17.” (3º parágrafo)
- c) “Há muitos fatores que contribuem para agravar as consequências das chuvas.” (4º parágrafo)
- d) “Uma pesquisa do IBGE em parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), de 2018, revelou que mais de 8 milhões de pessoas em todo o país vivem em áreas sujeitas a deslizamentos ou enchentes.” (5º parágrafo)
- e) “É essencial um plano de ação que não fique limitado a governos.” (6º parágrafo)

08. A respeito das estruturas do texto e das regras para o uso do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa correta.

- a) O trecho “respeito à intensidade” (1º parágrafo) evidencia um caso de uso opcional do sinal indicativo de crase.
- b) O autor poderia optar por substituir a construção “modo a evitar” (2º parágrafo) pela redação **modo à evitar**.
- c) O trecho “somados à falta” (4º parágrafo) evidencia um caso de uso opcional do sinal indicativo de crase.
- d) Não há crase no trecho “sujeitas a deslizamentos” (5º parágrafo), pois o substantivo é masculino.
- e) O autor poderia optar por substituir a construção “A despeito da” (6º parágrafo) pela redação **À despeito da**.

09. “As tormentas letais deste início de ano têm sido exemplares para mostrar que o problema não pode ser tratado de forma tão amadorística por União, estados e municípios.” (6º parágrafo)

As palavras destacadas classificam-se, respectivamente, como:

- a) substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, preposição
- b) adjetivo, substantivo, adjetivo, pronome, preposição
- c) substantivo, substantivo, adjetivo, pronome, advérbio
- d) substantivo, adjetivo, adjetivo, advérbio, advérbio
- e) adjetivo, adjetivo, verbo, advérbio, preposição

10. Em “Há muitos fatores que contribuem para agravar as consequências das chuvas.” (4º parágrafo), sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, a forma verbal “Há” pode ser substituída por

- a) existe
- b) existem
- c) ocorre
- d) têm
- e) tem

11. Qual das expressões citadas abaixo funciona como aposto explicativo no texto?

- a) “que mataram 17” (3º parágrafo)
- b) “No Espírito Santo” (3º parágrafo)
- c) “cenário de tragédias históricas” (3º parágrafo)
- d) “muitos fatores” (4º parágrafo)
- e) “equivocados” (4º parágrafo)

12. Avalie os termos destacados na oração:

“**As tormentas letais deste início de ano** têm sido exemplares para mostrar que o problema não pode ser tratado **de forma tão amadorística por União, estados e municípios.**” (6º parágrafo)

A alternativa que apresenta a classificação sintática dos termos destacados acima respectivamente é

- a) sujeito, adjunto adnominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- b) sujeito, complemento nominal, adjunto adverbial, agente da passiva.
- c) sujeito, adjunto adnominal, adjunto adverbial, agente da passiva.
- d) Objeto direto, aposto, adjunto adnominal, complemento nominal.
- e) adjunto adnominal, sujeito, adjunto adverbial, complemento nominal.

TEXTO II

Chuva forte volta a provocar estragos e prejuízos em Minas Gerais

No Sul do estado, já são 27 cidades atingidas pelos temporais. Rios e córregos transbordaram em São João del-Rei.

A chuva voltou a provocar estragos e prejuízos em Minas Gerais. Uma casa desabou em Teixeira, na Zona da Mata. O córrego transbordou e alagou parte da cidade.

Entre Barbacena e Antônio Carlos, um caminhão dos bombeiros despencou dentro de um buraco. Os três bombeiros voltavam de um resgate,

durante a madrugada, quando perceberam que o asfalto estava cedendo.

“Conseguiram abandonar a viatura e, logo em seguida que eles saíram, a ponte cedeu e a viatura caiu e encontra-se nessa condição”, disse o tenente Evanildo Assis, do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

Os bombeiros foram resgatados com pequenos ferimentos.

A enchente invadiu a estrada perto de Ervália. A correnteza também provocou muitos estragos na cidade. Rios e córregos transbordaram na histórica São João del-Rei. O centro e alguns bairros ficaram alagados.

Nas estradas próximas a Ponte Nova, na Zona da Mata, há muitos locais com deslizamento de terra. Na saída para Santo Antônio do Gramma, o asfalto cedeu e uma cratera se formou na pista. Em outro acesso, há 11 pontos de deslizamento em sequência.

“Está bem perigoso, sem sinalização na estrada toda praticamente”, lamentou um motorista.

No Sul de Minas, já são 27 cidades atingidas pelos temporais. Desde 2011 Campo Belo não registrava tantos alagamentos. Na vizinha Candeias, a chuva forte fez o córrego transbordar e alagar uma parte da cidade.

Uma casa desabou em Passos. A Defesa Civil interditou as outras casas e chácaras vizinhas e orientou os moradores a deixar o local.

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/02/13/chuva-forte-volta-a-provocar-estragos-e-prejuizos-em-minas-gerais.ghtml>

13. A respeito dos textos I e II, é incorreto afirmar:

- a) Ambos os textos possuem a mesma temática, porém com gêneros textuais diferentes.
- b) Ambos os textos fazem parte do gênero jornalístico, tendo, assim, uma linguagem subjetiva e direta.
- c) O texto II é mais objetivo que o I por se tratar do gênero notícia.
- d) O tempo verbal predominante no gênero textual II é o pretérito perfeito, por se tratar de fatos já ocorridos.
- e) No gênero notícia, texto II, procura-se ser imparcial, transmitindo com exatidão os fatos ocorridos.

14. Analise os itens abaixo, referentes ao texto II:

- I. Há relato de fatos e ausência de enunciados de opinião.
 - II. Há predominância de emprego do tempo pretérito imperfeito e da 1ª pessoa do singular.
 - III. A busca de exatidão faz com que se privilegiem os verbos no modo indicativo, como em “o asfalto cedeu” (6º parágrafo).
- a) Apenas a I está correta.
 - b) Apenas I e II estão corretas.
 - c) Apenas II e III estão corretas.
 - d) Apenas I e III estão corretas.
 - e) Apenas a III está correta.

15. A organização discursiva do texto II passa pela escolha adequada dos tempos verbais. Cada uma das formas verbais “cedeu” (3º parágrafo) e “disse” (3º parágrafo) indica:

- a) ação simultânea que aconteceu num tempo passado.
- b) ação que ocorreu antes de outra ação passada.
- c) ação ocorrida no passado, porém não foi completamente concluída.
- d) ação já concluída, tendo o seu início e o seu fim no passado.
- e) ação que possivelmente aconteceu no passado.

16. As palavras e expressões desempenham funções sintáticas na oração, e seu emprego é expressivo, isto é, há uma intenção comunicativa do autor também no aspecto semântico. Marque a alternativa que apresenta um termo sintático empregado com a intenção comunicativa de caracterizar e delimitar o sentido de um substantivo anterior.

- a) “dos bombeiros” (2º parágrafo)
- b) “durante a madrugada” (2º parágrafo)
- c) “o asfalto” (2º parágrafo)
- d) “a viatura” (3º parágrafo)
- e) “o tenente Evanildo Assis” (3º parágrafo)

17. Marque a alternativa que apresenta a mesma regra de acentuação das palavras do texto “vários”, “públicos” e “está”, respectivamente.

- a) “níveis”, “único”, “lá”
- b) “últimos”, “espécie”, “também”
- c) “contrários”, “chácara”, “porém”
- d) “providência”, “espécie”, “já”
- e) “chácara”, “contrários”, “Ervália”

18. Marque a alternativa em que a reescrita do excerto abaixo esteja de acordo com as regras de pontuação e coerência.

“Na saída para Santo Antônio do Grama, o asfalto cedeu e uma cratera se formou na pista. Em outro acesso, há 11 pontos de deslizamento em sequência.” (6º parágrafo)

- a) Na saída para Santo Antônio do Grama o asfalto, cedeu e uma cratera se formou na pista – em outro acesso, há 11 pontos de deslizamento em sequência.
- b) Na saída, para Santo Antônio do Grama, o asfalto cedeu e uma cratera se formou na pista em outro acesso, há 11 pontos de deslizamento em sequência.
- c) Na saída, para Santo Antônio do Grama, o asfalto cedeu e uma cratera se formou na pista. Em outro acesso há 11 pontos de deslizamento em sequência.
- d) Na saída para Santo Antônio do Grama, o asfalto cedeu, e uma cratera se formou na pista; em outro acesso, há 11 pontos de deslizamento em sequência.
- e) Na saída para Santo Antônio do Grama, o asfalto cedeu e uma cratera se formou na pista: em outro acesso há 11 pontos, de deslizamento em sequência.

19. Em “Os três bombeiros voltavam de um resgate, durante a madrugada, quando perceberam que o asfalto estava cedendo”, 2º parágrafo, a conjunção “quando” possui valor:

- a) causal
- b) temporal
- c) adversativa
- d) aditiva
- e) conclusiva

20. Leia o fragmento abaixo do texto II:

“A enchente invadiu a estrada perto de Ervália. A correnteza também provocou muitos estragos na cidade. Rios e córregos transbordaram na histórica São João del-Rei. O centro e alguns bairros ficaram alagados.” (5º parágrafo)

Pode-se inferir do trecho acima que o vocábulo “também”:

- a) indica uma relação sinonímica entre “correnteza” e “enchente”.
- b) manifesta um valor opositivo entre duas orações.
- c) indica uma dúvida em relação à afirmação anterior.
- d) traduz uma inclusão de ações contrastantes.
- e) transmite uma explicação da informação anterior.

21. A palavra “deslizamento”, no texto II, é formada por
- derivação parassintética
 - derivação regressiva
 - derivação imprópria
 - derivação sufixal
 - derivação prefixal e sufixal.

TEXTO III

Um basta ao descaso

O caos que se vê no Rio de Janeiro é reflexo de décadas de descaso, incompetência e descompromisso dos governantes que foram eleitos justamente para evitar a tragédia que horroriza a todos. O Rio, no entanto, não é um caso isolado. É o resumo do Brasil. Infelizmente, a cidade, o principal cartão-postal do país, foi abatida por chuvas torrenciais, que explicitaram o despreparo das autoridades para enfrentar eventos provocados pela natureza.

Certamente, se o dilúvio tivesse caído em qualquer outro centro urbano, como Brasília, Belo Horizonte ou São Paulo, os estragos seriam semelhantes. Com raríssimas exceções, os municípios brasileiros não se prepararam para lidar com catástrofes. Além de não haver capacitação técnica entre os funcionários das prefeituras, os órgãos que poderiam dar assistência à população em momentos de emergência estão sucateados. Está claro que, enquanto não houver investimentos em prevenção, desastres como os do Rio vão se repetir. Há quantos anos o país assiste, atônito, a desabamentos e mortes provocados por chuvas? Há quanto tempo se sabe que a ocupação desordenada das cidades abriu uma avenida para enchentes e perdas de vidas? O mais assustador é ver os governantes, que deveriam honrar os cargos que ocupam, num jogo de empurra, quando não alheios ao que está se passando.

O descaso impera em todas as esferas de governo. Prefeitos, governadores e o próprio presidente da República não se mostram empenhados em dar as respostas na velocidade que a população espera. Pior: não se antecipam aos fatos. Voltemos ao Rio. O temporal que atingiu a cidade foi o terceiro do ano. Nos dois anteriores, foram muitas as mortes. Antes de as chuvas mais recentes desabarem, a Defesa Civil já havia emitido alertas sobre os riscos iminentes. Nada foi feito.

Até quando veremos esse filme de terror se repetir? Quantas vidas mais serão perdidas? É muito fácil para as autoridades de plantão dizerem que falta recursos para tocar obras essenciais que possam conter os estragos provocados pela natureza. Mas cadê a eficiência? Quando se quer fazer uma boa gestão, a quantidade de dinheiro de recursos em caixa não é primordial. São vários os casos de que, mesmo na escassez, administradores conseguiram executar programas de prevenção que deveriam ser copiados.

O Rio, infelizmente, é o extremo da desorganização administrativa. O estado teve cinco

governadores presos — dois deles continuam atrás das grades por corrupção. Na sede da capital, seguidos prefeitos se esquivaram dos problemas que afligiam os moradores. Não à toa, um governo paralelo, comandado pelo crime organizado, tomou conta da tão cantada cidade maravilhosa (ainda é justificável esse título?) e se espalhou por quase todo o estado. As chuvas foram o que faltava para evidenciar que chegou a hora do basta. A sociedade não pode mais aceitar, passivamente, ser tratada com tanto desrespeito.

<https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/opinia/ao/2019/04/11/3470405/um-basta-ao-descaso.shtml>

22. A respeito do texto III, é incorreto afirmar que
- o Rio de Janeiro é o resumo de como está o nosso país no quesito “Chuva”: um caos.
 - sem exceção, os municípios brasileiros não se prepararam para lidar com catástrofes.
 - governantes não se antecipam aos fatos, mesmo o quadro se repetindo anualmente.
 - muitas vidas podem ser perdidas, se medidas eficazes não forem tomadas.
 - há um governo paralelo e criminoso na cidade maravilhosa.
23. A respeito da pontuação do trecho “Certamente, se o dilúvio tivesse caído em qualquer outro centro urbano, como Brasília, Belo Horizonte ou São Paulo, os estragos seriam semelhantes” (2º parágrafo do texto III), julgue as afirmações e marque a alternativa correta.
- A primeira e a quarta vírgulas separam segmento intercalado.
 - A segunda vírgula pode ser excluída, mantendo-se a correção gramatical.
 - A terceira vírgula separa termos de mesma função sintática.
- Somente a afirmação I está correta.
 - Somente as afirmações I e III estão corretas.
 - Somente as afirmações II e III estão corretas.
 - Todas as afirmações estão corretas.
 - Somente as afirmações I e II estão corretas.
24. No trecho “Está claro que, enquanto não houver investimentos em prevenção, desastres como os do Rio vão se repetir” (3º parágrafo),
- há duas orações coordenadas
 - há três orações coordenadas
 - a primeira oração é subordinada
 - a segunda oração é principal
 - a terceira oração é subordinada

25. Assinale a alternativa em que o verbo destacado não está no tempo presente.

- a) “O descaso impera em todas as esferas de governo.” (4º parágrafo)
- b) “Prefeitos, governadores e o próprio presidente da República não se mostram empenhados em dar as respostas ...” (4º parágrafo)
- c) “O Rio, infelizmente, é o extremo da desorganização administrativa.” (5º parágrafo)
- d) “O estado teve cinco governadores presos — dois deles continuam atrás das grades por corrupção.” (6º parágrafo)
- e) “A sociedade não pode mais aceitar, passivamente, ser tratada com tanto desrespeito.” (6º parágrafo)

26. A palavra “cartão-postal”, 1º parágrafo do texto III, se manteve com hífen, após a Reforma Ortográfica. O mesmo ocorreu com:

- a) extra-escolar
- b) para-raios
- c) pluri-anual
- d) ponta-pé
- e) auto-ajuda

27. Quanto aos aspectos linguísticos do 5º parágrafo do texto III abaixo, marque a alternativa correta em relação ao padrão culto da linguagem.

“São vários os casos de que, mesmo na escassez, administradores conseguiram executar programas de prevenção que deveriam ser copiados.”

- a) O termo “os casos” caracteriza “vários”.
- b) A preposição “de”, em “de que”, deve ser trocada por em.
- c) A vírgula após “escassez” pode ser excluída.
- d) Deve haver vírgula após “prevenção”.
- e) O verbo “conseguiram” concorda com “programas”.

TEXTO IV



<http://marlivieira.blogspot.com/>

28. Sobre o gênero textual acima, é incorreto afirmar:

- a) A charge acima revela uma crítica à falta de compromisso dos governantes.
- b) Por meio da expressão facial e dos pensamentos do personagem, podemos perceber que ele possui uma visão crítica sobre o problema do alagamento na cidade.
- c) Por meio de recursos como desenho e humor, o autor tece uma crítica a uma situação do cotidiano.
- d) Não podemos afirmar que exista qualquer tipo de comentário crítico nas entrelinhas da charge, pois essa tem apenas a função de divertir o leitor.
- e) A charge aponta que a desculpa sempre é a mesma: a culpa é de São Pedro que exagera na chuva.

29. Em “São Pedro é santo e não assume a culpa”, o termo destacado é

- a) objeto direto
- b) predicativo do sujeito
- c) predicativo do objeto direto
- d) adjunto adverbial
- e) sujeito

30. Observe a oração destacada:

“Os governantes culpam São Pedro pelas chuvas”

Sobre seus termos, é correto afirmar que:

- a) “Os governantes” é o núcleo do sujeito.
- b) “Os” é um adjunto adnominal.
- c) “culpam” é um verbo transitivo indireto.
- d) “São Pedro pelas chuvas” é o objeto direto.
- e) “pelas chuvas” é adjunto adnominal.

INFORMÁTICA

31. A topologia física trata do layout dos links e nós que compõem uma rede de computadores. Ela influencia em diversos pontos considerados críticos, como a flexibilidade, velocidade e segurança. A topologia em que as estações são conectadas através de uma conexão ponto-a-ponto dedicada a um nó central controlador, pelo qual passam todas as mensagens, não havendo tráfego direto entre os dispositivos é a:

- a) Estrela (Star)
- b) Barramento (Bus)
- c) Malha (Mesh)
- d) Anel (Ring)
- e) Árvore (Tree)

32. Em uma rede de computadores, o tipo de comunicação em que há um transmissor de mensagens e um receptor de mensagens, sendo que esses papéis jamais se invertem durante a transmissão é a comunicação:

- a) Simplex
- b) Full-Simplex
- c) Half-Duplex
- d) Full-Duplex
- e) Half-Simplex

33. Assinale a alternativa que contém apenas meios de transmissão não guiados:

- a) fibra óptica, infravermelho, bluetooth, wireless.
- b) infravermelho, bluetooth, wireless, radiofrequência.
- c) cabos coaxiais, radiofrequência, fibra óptica, bluetooth.
- d) radiofrequência, cabos de par trançado, fibra óptica, infravermelho.
- e) cabos coaxiais, infravermelho, cabos de par trançado, fibra óptica.

34. Assinale o protocolo responsável pelo serviço de atribuição dinâmica de Endereços IP em uma rede de computadores:

- a) SMTP
- b) HTTP
- c) DHCP
- d) SSH
- e) DNS

35. O atalho do Internet Explorer para atualizar a aba ou guia atual é:

- a) CTRL + N
- b) CTRL + P
- c) CTRL + R
- d) CTRL + A
- e) CTRL + F

36. A pasta geralmente utilizada para armazenar mensagens de correio eletrônico efetivamente enviadas com êxito é conhecida como:

- a) Itens Enviados
- b) Caixa de Entrada
- c) Rascunho
- d) Caixa de Saída
- e) Lixo Eletrônico.

37. Assinale a alternativa correta:

- a) A função CONT.NÚM() conta a quantidade de células dentro de um intervalo que não estão vazias.
- b) A função CONT.SE() soma os valores em um intervalo que satisfazem um determinado critério.
- c) A função MED() retorna a média aritmética simples de um determinado conjunto de valores.
- d) A função ARRED() arredonda um número para um número especificado de dígitos.
- e) A função MÁXIMO() retorna o k-ésimo maior valor de um conjunto de dados.

38. Assinale a alternativa que contém o comando que não pertence ao Grupo Fonte do MS-Word:

- a) Negrito
- b) Tachado
- c) Sublinhado
- d) Itálico
- e) Sombreamento

39. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ataques costumam ocorrer na Internet com diversos objetivos, visando diferentes alvos e usando variadas técnicas. Qualquer serviço, computador ou rede que seja acessível via Internet pode ser alvo de um ataque, assim como qualquer computador com acesso à Internet pode participar de um ataque.
- b) Um ataque de força bruta, dependendo de como é realizado, pode resultar em um ataque de negação de serviço, devido à sobrecarga produzida pela grande quantidade de tentativas realizadas em um pequeno período de tempo.
- c) Sniffing é uma técnica que pode ser utilizada de forma legítima (não-maliciosa) por administradores de redes, para detectar problemas, analisar desempenho e monitorar atividades maliciosas relativas aos computadores ou redes por eles administrados.
- d) A Desfiguração de página, defacement ou pichação, é uma técnica que consiste em alterar o conteúdo da página Web de um site. Para ganhar mais visibilidade, chamar mais atenção e atingir maior número de visitantes, geralmente, os atacantes alteram a página principal do site, porém páginas internas também podem ser alteradas.
- e) Um ataque de exploração de vulnerabilidades é uma técnica pela qual um atacante utiliza um computador para tirar de operação um serviço, um computador ou uma rede conectada à Internet.

40. Programa capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador. Não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores. A questão trata da(o):

- a) Spam
- b) Spyware
- c) Worm
- d) Trojan
- e) Botnet

41. Sobre Bots e Botnets, assinale a alternativa incorreta:

- a) Bots são pragas virtuais maliciosas, não sendo utilizados para outros meios de forma legítima ou legal. Ademais, eles podem existir em uma arquitetura ponto-a-ponto ou cliente-servidor.
- b) A comunicação entre o invasor e o computador infectado pelo bot pode ocorrer via canais de IRC, servidores Web e redes do tipo P2P, entre outros meios. Ao se comunicar, o invasor pode enviar instruções para que ações maliciosas sejam executadas, como desferir ataques, furtar dados do computador infectado e enviar spam.
- c) Um computador infectado por um bot costuma ser chamado de zumbi (zombie computer), pois pode ser controlado remotamente, sem o conhecimento do seu dono. Também pode ser chamado de spam zombie quando o bot instalado o transforma em um servidor de e-mails e o utiliza para o envio de spam.
- d) Botnet é uma rede formada por centenas ou milhares de computadores zumbis e que permite potencializar as ações danosas executadas pelos bots. Quanto mais zumbis participarem da botnet mais potente ela será. O atacante que a controlar, além de usá-la para seus próprios ataques, também pode alugá-la para outras pessoas ou grupos que desejem que uma ação maliciosa específica seja executada.
- e) Algumas das ações maliciosas que costumam ser executadas por intermédio de botnets são: ataques de negação de serviço, propagação de códigos maliciosos (inclusive do próprio bot), coleta de informações de um grande número de computadores, envio de spam e camuflagem da identidade do atacante (com o uso de proxies instalados nos zumbis).

42. Assinale a alternativa que não contempla uma categoria do Painel de Controle do Windows 10:

- a) Hardware e Sons
- b) Sistema e Segurança
- c) Programas
- d) Contas de Usuário
- e) Configurações de Kernel

43. Assinale a alternativa que não contempla um tipo de barramento:

- a) ASCII
- b) SATA
- c) SCSI
- d) PCI
- e) ISA

44. Assinale a alternativa que contém apenas componentes de uma Unidade Central de Processamento:

- a) Unidade de Armazenamento; Registradores; Memória.
- b) Registradores; Unidade de Controle; Circuito Integrado.
- c) Memória RAM; Chipset; Unidade de Controle.
- d) Unidade Lógica e Aritmética; Unidade de Controle; Registradores.
- e) HD; Memória RAM; Placa Mãe.

45. No MS-Excel, o atalho F2 é um dos mais importantes e úteis. Ele tem o objetivo de:

- a) Exibir a ajuda do Excel.
- b) Permitir a edição da célula ativa.
- c) Repetir o último comando ou ação.
- d) Ativar as dicas de tecla.
- e) Exibir a planilha em tela cheia.

46. Ao salvar uma nova pasta de trabalho no MS-Excel 2016, qual é a extensão de arquivo que será assumida como padrão?

- a) .xls.
- b) .xlsx.
- c) .xps.
- d) .xsl
- e) .xlx.

47. O MS-Powerpoint permite ocultar um slide de uma apresentação de modo que – ao exibi-la – uma tela preta substituirá o slide oculto. Para ocultar um slide, basta pressionar a seguinte tecla:

- a) Backspace
- b) Enter
- c) E
- d) Esc
- e) O

48. No MS-Excel, a função =MÁXIMO(2^4;5-1*3) retornará:

- a) 15
- b) 2
- c) 12
- d) 16
- e) 18

49. O resultado da fórmula do MS-Excel =SE(SOMA(ABS(-24);PAR(47);MOD(14;3))>75;"MENOR";"MAIOR") é:

- a) MAIOR
- b) 72
- c) #NOME?
- d) MENOR
- e) #REF

50. No Google Chrome, o ícone apresentado a seguir está relacionado ao recurso de:



- a) Histórico
- b) Página Inicial
- c) Download
- d) Favoritos
- e) Configurações

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. João, ao ser convocado para prestar o serviço militar obrigatório, alegou estar impossibilitado, em virtude de crenças filosóficas e religiosas pessoais. Suponha que as Forças Armadas, a quem incumbe a propositura de lei regulamentando a tarefa alternativa para o indivíduo que se vale do imperativo de consciência nessa situação, não tenha exercido a competência conferida pela Constituição. Nessas condições, é possível concluir que:

- a) Caso João se recuse terminantemente à prestação do serviço militar obrigatório, deverá ter seus direitos políticos suspensos, uma vez que a prestação alternativa se mostra inviável frente à ausência de norma regulamentadora.
 - b) Não há qualquer razão que justifique a imposição de sanções a João, uma vez que a norma que garante a escusa de consciência é de eficácia limitada e, nessa qualidade, é plena e imediatamente exercitável, independentemente da edição de norma regulamentadora.
 - c) João não deverá ter seus direitos políticos suspensos, já que, a despeito da ausência de regulamentação constitucional, a aplicabilidade da norma que garante o direito à objeção de consciência é imediata.
 - d) João deverá ter seus direitos políticos suspensos, mas poderá tê-los restabelecidos quando da prestação de serviço administrativo alternativo, a critério da Administração Pública.
 - e) O serviço militar obrigatório constitui exceção ao imperativo de consciência, sendo incabível cogitar de descumprimento de obrigação legal nessa situação.
52. Lucas, Vereador de um município da Federação, ao ser submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri, foi condenado a 16 anos de prisão pelo cometimento de crime doloso contra a vida. Após ter cumprido a totalidade da pena, João decide procurar seu advogado, acreditando ter havido erro durante seu processo de julgamento e prisão. De acordo com o que determina a Constituição da República, pode-se dizer que Lucas:
- a) Está com a razão, já que os Vereadores são detentores de imunidade formal, não podendo ser presos durante a vigência do mandato.
 - b) Deverá ter seu julgamento anulado, uma vez que a Constituição Federal atribui aos Vereadores foro privilegiado perante o Tribunal de Justiça correspondente, inclusive no que diz respeito aos crimes dolosos contra a vida.
 - c) Deverá ter seu julgamento anulado, caso a Constituição de seu Estado tenha atribuído foro por prerrogativa de função aos membros do Poder Legislativo Municipal.
 - d) Não poderá alegar qualquer irregularidade quanto ao órgão julgador mencionado, já que nem mesmo a Constituição Estadual poderia excepcionar a competência constitucionalmente estabelecida para o Júri.
 - e) Deverá ter seu julgamento anulado, uma vez que o vereador somente poderia ter ido a julgamento em caso de autorização da Câmara Municipal.

53. Fora divulgado, na imprensa oficial, que determinada Sociedade de Economia Mista Estadual estaria prestes a realizar processo seletivo, constante de etapa única de entrevista com candidatos, visando à contratação de empregados para compor seu quadro permanente de pessoal. Robnaldo decidiu candidatar-se à vaga, mas acabou sendo reprovado, sem qualquer justificativa por parte dos recrutadores. Indignado com a falta de transparência durante o procedimento, decide mover uma ação judicial contra a entidade. Robnaldo poderia alegar, diante da situação vivenciada por ele, que:

- a) Todas as entidades da administração indireta estão obrigadas à realização de concurso público, não sendo suficiente, para tanto, a previsão de processo seletivo restrito à simples entrevista com candidatos.
- b) As sociedades de economia mista, ainda que exploradoras de atividade econômica, deverão garantir a objetividade no processo seletivo simplificado de contratação, além de justificar adequadamente as razões que levam à reprovação dos candidatos.
- c) As sociedades de economia mista, enquanto pessoas jurídicas de direito privado, não possuem quadro permanente de pessoal, podendo os empregados ser livremente contratados e demitidos pela entidade.
- d) O processo seletivo apenas estaria livre de quaisquer vícios caso se tratasse de contratação temporária, ainda que destinada ao exercício de funções permanentes na entidade.
- e) As sociedades de economia mista, enquanto entidades da administração indireta, deverão adotar, para os seus servidores, o mesmo regime jurídico aplicável aos ocupantes de cargos efetivos na administração direta.

54. Considere que o governo do Rio Grande do Sul tenha realizado uma parceria com a Argentina, país vizinho e detentor de avançada tecnologia específica de pavimentação, para a construção de uma rodovia que interligaria municípios adjacentes dentro de seu território. Em determinado momento, por entender ter havido descumprimento de cláusula contratual que regia o acordo firmado, o governo argentino decide tomar as medidas cabíveis e acionar o Supremo Tribunal Federal. De acordo com o procedimento previsto na Constituição Brasileira:

- a) O conflito entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Argentina deveria ter sido levado ao conhecimento do juiz federal competente, e não ao STF.

- b) O governo argentino deveria ter se dirigido ao STJ, uma vez que, ao STF, compete o julgamento de litígios envolvendo Estados estrangeiros e a União, apenas.
- c) O governo argentino deveria ter proposto a ação diretamente no TRF respectivo, órgão responsável pelo julgamento envolvendo organismos ou Estados estrangeiros, de um lado, e municípios ou Estados brasileiros, de outro.
- d) A questão envolvendo o Estado do Rio Grande do Sul e a Argentina deverá mesmo ser decidida pelo STF, ao qual incumbe o julgamento de litígios entre Estado-Membro de nossa Federação e outros países ou organismos internacionais.
- e) A ação deveria ter sido proposta diretamente no Tribunal de Justiça local, já que a competência da Justiça Federal diz respeito ao julgamento de conflitos entre Estado estrangeiro e pessoa residente no Brasil, apenas.

55. Suponha que tenha sido criada comissão temporária, no âmbito da Câmara dos Deputados, composta por parlamentares pertencentes a partido dedicado à promoção de causas ambientalistas. Tal comissão, conforme prevê o regimento interno da Casa, ficou encarregada da discussão e aprovação de matéria relacionada ao meio-ambiente, constante de projeto de lei apresentado ao mencionado órgão legislativo. Pode-se afirmar que, conforme o que dispõe a CF/88:

- a) As únicas comissões temporárias admitidas pela Constituição correspondem à Comissão Representativa do Congresso Nacional e às Comissões Parlamentares de Inquérito, sendo vedada a criação de órgãos legislativos técnicos de duração limitada.
- b) A criação da referida comissão é irregular no que diz respeito à representação partidária em sua composição.
- c) A comissão não poderia ter sido criada, uma vez que esse tipo de órgão se destina apenas à discussão da matéria submetida à sua apreciação, sendo vedada a dispensa do Plenário durante a votação e aprovação de projeto de lei.
- d) A criação da comissão foi feita em conformidade com o que estabelece o texto constitucional, obedecendo-se à pertinência temática exigida em sua composição.
- e) A referida comissão, destinada à deliberação acerca de projeto de lei, deveria ter sido criada no âmbito do Congresso Nacional, jamais podendo restringir-se a uma única Casa Legislativa.

56. O Conselho da República é o órgão de natureza _____, com competência para se pronunciar, entre outros assuntos, sobre _____, tendo, entre seus integrantes, _____. Assinale a alternativa que completa, com base no que expressamente prevê a Constituição Federal, as lacunas anteriores:

- a) Deliberativa; estado de sítio; o Ministro de Estado da Defesa.
- b) Meramente consultiva; intervenção federal; seis cidadãos brasileiros natos.
- c) Deliberativa; estado de defesa; seis cidadãos brasileiros natos.
- d) Meramente consultiva; soberania nacional; o Ministro da Justiça.
- e) Meramente consultiva; soberania nacional; os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

57. Determinado estado-membro deseja proceder à alteração da divisão de seu território, por meio da criação de um novo município. Para tanto, convocou a realização de plebiscito pela população, a qual manifestou a discordância em relação à proposta. Entendendo que o resultado plebiscitário possuía caráter meramente opinativo, o Governador, após a aquiescência dos prefeitos dos municípios abrangidos pela modificação, formalizou a criação do novo ente, por meio de decreto. De acordo com a Constituição Federal, pode-se concluir que o decreto do Governador:

- a) É inválido, já que a alteração territorial apenas poderia ter sido efetivada, conforme o procedimento descrito, caso existisse Lei Complementar Federal previamente estabelecendo o período em que novos municípios poderiam ser criados.
- b) Apenas poderia ter formalizado a alteração territorial, conforme o procedimento descrito, caso tivessem sido divulgados estudos de viabilidade municipal, aprovados pela população interessada.
- c) É claramente inconstitucional, vez que a criação de municípios brasileiros somente pode ser feita por meio de Lei Complementar Federal, após divulgação de estudos de viabilidade estadual.
- d) Representa clara ofensa à Constituição, já que restou permanentemente proibida, após sua promulgação, a criação de municípios no Brasil.
- e) É claramente inconstitucional, não só por desrespeitar a exigência constitucional de lei para a formalização da divisão territorial pretendida,

mas também por desconsiderar o resultado plebiscitário.

58. Lourenço é Oficial das Forças Armadas e, atualmente, conta com 33 anos de idade e 6 anos de serviço. Além disso, pretende se candidatar a algum cargo eletivo federal. Conforme o que estabelece a Constituição Brasileira, Lourenço:

- a) Não poderá se candidatar a nenhum cargo eletivo, já que, na qualidade de militar, sequer é alistável.
- b) Não poderá se candidatar a nenhum cargo eletivo, já que, na qualidade de militar, não poderá atender ao requisito da filiação partidária.
- c) Poderá se candidatar ao cargo de Deputado Federal, mas, caso venha a ser eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- d) Apenas poderá se candidatar aos cargos do Poder Legislativo no ente federal mas, nesse caso, deverá afastar-se da atividade.
- e) Enquanto permanecer em atividade poderá filiar-se a partido político de sua preferência, mas não poderá se candidatar.

59. Jonácio, famoso advogado que atualmente conta com 30 anos de idade, foi escolhido pelo Presidente da República para chefiar o Ministério Público da União, na qualidade de Procurador-Geral da República. Considerando-se as regras estatuídas pela Carta Constitucional, após a aprovação da maioria absoluta do Senado Federal, Jonácio:

- a) Poderá, após cumprir o mandato de 2 anos, ser reconduzido sucessivas vezes ao mesmo cargo.
- b) Poderá, após cumprir o mandato de 2 anos, ser reconduzido apenas uma vez ao mesmo cargo.
- c) Não poderá ser nomeado, já que o Procurador-Geral da República deve ser escolhido dentre os integrantes da respectiva carreira e contar com mais de 35 anos de idade.
- d) Deverá, também, presidir o Conselho Nacional do Ministério Público, como membro nato da instituição.
- e) Terá sua nomeação invalidada, uma vez que a Constituição veda a submissão da indicação do Presidente da República à aprovação do Senado Federal.

60. Suponha que o Presidente da República, durante viagem ao exterior, tenha delegado ao Ministro da Defesa a decretação de estado de defesa, em virtude de instabilidade institucional em todo o território nacional. Assim, foi expedido decreto estipulando o tempo máximo de 60 dias de duração da medida, a qual, segundo o disposto na Constituição Federal:

- a) É inconstitucional, pois o Presidente da República é o único titular apto à sua decretação, sendo, igualmente, inválida a estipulação do prazo mencionado, bem como a abrangência territorial do procedimento.
- b) A medida é inconstitucional apenas no que se refere ao prazo de duração previsto para a medida.
- c) A medida será considerada válida, caso submetida à aprovação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- d) A decretação do estado de defesa apenas poderia ter sido delegada ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União. Além disso, a instabilidade institucional de abrangência nacional enseja a decretação do estado de sítio, e não de defesa.
- e) É inconstitucional, pois o Presidente da República é o único titular apto à sua decretação, a qual deveria ser precedida de autorização do Congresso Nacional, formalizada com a edição de um decreto legislativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

61. O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ao analisar as contas de determinado prefeito, constatou que ocorreu gasto de recursos públicos com a elaboração de cartilhas escolares contendo os nomes, símbolos e imagens que caracterizavam a promoção pessoal de autoridades públicas do município. Diante do exposto, pode-se afirmar que a conduta do prefeito afrontou especialmente o princípio da

- a) boa-fé.
- b) razoabilidade.
- c) impessoalidade.
- d) economicidade.
- e) eficiência.

62. O princípio da motivação é considerado implícito, mas não se sobrepõe a qualquer outro. A propósito, sobre o princípio da motivação não se pode afirmar:

- a) Deve ser observado na edição de qualquer espécie de ato administrativo.
- b) Motivo e motivação não são expressões sinônimas.
- c) Deve ser obrigatoriamente obedecido em relação ao ato que indefira o gozo de férias pelo servidor público.
- d) O seu desrespeito ensejará a nulidade do ato administrativo.
- e) É de imposição obrigatória também em relação aos atos administrativos editados pelo Poder Judiciário.

63. As sociedades de economia mista integram a Administração Pública Indireta e possuem personalidade jurídica própria. Levando-se em consideração o entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema, aponte a alternativa correta:

- a) o ente da Administração Pública direta é hierarquicamente superior aos entes da Administração Pública indireta.
- b) o ente instituidor responde pelos atos praticados pela sociedade de economia mista.
- c) não estão submetidas ao controle de tutela promovido pelo ente instituidor.
- d) seus recursos e patrimônio, independentemente da origem, configuram recursos e patrimônio do ente instituidor
- e) possuem autonomia para contratar os seus empregados, que serão regidos pela CLT e não gozarão de estabilidade.

64. As agências executivas e agências reguladoras são entidades distintas, apesar de possuírem algumas semelhanças. A propósito, sobre tais entidades é possível afirmar que

- a) as agências reguladoras podem editar atos normativos para regular o setor que fiscalizam, a exemplo do que ocorre na ANATEL em relação ao mercado de telecomunicações.
- b) as agências executivas são responsáveis pela fiscalização de determinadores setores da economia, a exemplo do mercado de energia elétrica, imobiliário, saúde, entre outros.
- c) ambas são criadas por meio de lei complementar, que também estabelecerá a respectiva área de atuação.
- d) ao formalizar o respectivo contrato de gestão, a agência executiva fica dispensada da realização de licitações.
- e) as agências reguladoras são fundações públicas ou autarquias em regime especial.

65. A Administração Pública indireta é composta por várias entidades que possuem personalidade jurídica própria, sendo possível afirmar que
- algumas possuem natureza jurídica de direito público e outras de direito privado, a exemplo das fundações públicas.
 - as entidades administrativas estão vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
 - não possuem patrimônio próprio.
 - em sua estrutura, não podem ser criados órgãos públicos.
 - as sociedades de economia mista podem ser criadas sob a forma jurídica de sociedades de cotas de responsabilidade limitada.
66. Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar:
- Todos gozarão de imperatividade, que é atributo reconhecido pela doutrina e jurisprudência.
 - Os atos editados com vício na forma devem ser obrigatoriamente anulados.
 - A presunção de legitimidade se manifesta em todos os atos administrativos, ainda que discricionários.
 - A tipicidade é atributo presente apenas nos atos vinculados.
 - A competência para edição não está sujeita à delegação.
67. Coxinha, chefe de determinado órgão público, concedeu férias ao servidor Doquinha, pelo prazo de um mês. No último dia de gozo do período de férias, Coxinha decidiu revogar o ato de concessão das férias, alegando que a presença de Doquinha era imprescindível no órgão. Diante do exposto, pode-se afirmar
- que a revogação não é possível, mas sim a anulação.
 - que a revogação é possível, desde que seja com efeitos *ex tunc*.
 - que a revogação não é possível, pois, de qualquer forma, no dia seguinte Doquinha é obrigado a retornar ao trabalho.
 - que não há prazo para a revogação do ato concessivo do período de férias.
 - que a revogação pode ser realizada pelo Poder Judiciário, caso o servidor não concorde com a decisão administrativa.
68. Levando-se em consideração as pessoas jurídicas mencionadas a seguir, aponte aquela que, como regra geral, submete-se à responsabilidade civil subjetiva em razão de danos causados pelos seus agentes.
- INSS
 - Banco do Brasil
 - Correios

- FUNASA
- CBTU

69. Partindo-se do pressuposto de que a responsabilidade civil estatal encontra amparo no próprio texto constitucional, aponte a alternativa correta:
- Apenas as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos respondem civilmente pelos danos causados pelos seus agentes.
 - O evento de força maior não é apto a afastar a responsabilidade civil do Estado.
 - O Estado tem direito de regresso em relação ao agente público, desde que comprovado o dolo na conduta danosa.
 - A responsabilidade civil estatal incide apenas sobre os usuários de serviços públicos.
 - A responsabilidade civil, sob a teoria do risco integral, pode ser utilizada no Brasil em condições especiais.
70. No que se refere ao tema “agentes públicos”, aponte a alternativa correta:
- é obrigatória a realização de concurso público para a contratação de empregados públicos.
 - agentes honoríficos são escolhidos mediante processo seletivo obrigatório, que não se confunde com o concurso público.
 - ocupantes de cargos públicos efetivos não podem exercer cargos de confiança.
 - as funções de confiança são exclusivas de ocupantes de cargos em comissão.
 - as empresas públicas estão obrigadas a respeitar o teto geral remuneratório na Administração Pública.

DIREITO PENAL

71. Buscando frear o ímpeto punitivo do Estado, a Doutrina elenca princípios limitadores ao exercício do *ius puniendi*. Um desses princípios estabelece que o Direito Penal deve se ocupar de proteger apenas os bens jurídicos mais relevantes para a sociedade, sob pena de termos uma utilização excessiva do Direito Penal.

A definição acima corresponde, mais precisamente, ao princípio:

- da subsidiariedade
- da proporcionalidade
- da fragmentariedade
- da humanidade
- da ofensividade

72. O Código Penal estabelece que “o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. “ A referida definição legal corresponde à teoria da:

- a) causalidade adequada, adotada como regra no Brasil, embora haja exceção legal
- b) causalidade adequada, adotada como regra no Brasil, sem exceção
- c) equivalência dos antecedentes causais, adotada como regra no Brasil, embora haja exceção legal
- d) equivalência dos antecedentes causais, sem exceção
- e) imputação objetiva

73. Paulo, homem de 35 anos e aparentemente de boa saúde, sai todos os dias à noite para passear com seu cachorro e, religiosamente, para em frente à residência de José para que o canino possa defecar. Paulo, contudo, nunca se dá ao trabalho de apanhar as fezes de seu animal, deixando o excremento em frente à casa do vizinho. Irritado, José decide dar um leve susto em Paulo. Certo dia, José se esconde atrás do seu veículo e espera que Paulo apareça com o cachorro. Quando o animal inicia o procedimento fisiológico corriqueiro, José aparece de supetão, fantasiado de lobisomem e uivando. Assustado, Paulo sofre uma parada cardíaca inesperada, pois o mesmo sofria de um problema cardíaco severo, fato desconhecido por José e pela própria vítima.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José deverá responder pelo crime de homicídio doloso, por dolo eventual
- b) José deverá responder pelo crime de homicídio culposo, tendo havido culpa consciente
- c) José deverá responder pelo crime de homicídio culposo, tendo havido culpa inconsciente
- d) José deverá responder pelo crime de homicídio doloso, por dolo direto de segundo grau
- e) José não deverá responder pela morte de Paulo

74. José, querendo matar Maria, coloca uma bomba no veículo pertencente à vítima. Todavia, José sabe que Maria não tem condição de dirigir veículo automotor, por conta de uma paralisia, de maneira que quem dirige o veículo todos os dias, levando a esposa ao trabalho, é Eduardo. José, porém, não deixa de praticar o delito por conta desse fato, e programa a bomba para explodir no momento em que a ignição for ligada.

No dia seguinte, pela manhã, Maria e Eduardo entram no carro. Quando Eduardo liga o veículo a bomba explode e ambos morrem.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo direto de primeiro grau em relação a Maria, e dolo eventual em relação a Eduardo
- b) dolo direto de primeiro grau em relação a Maria e Eduardo
- c) dolo direto de primeiro grau em relação a Maria e culpa consciente em relação a Eduardo
- d) dolo direto de primeiro grau em relação a Maria e dolo direto de segundo grau em relação a Eduardo
- e) dolo direto de segundo grau em relação a ambos

75. Em viagem a Cabo Frio-RJ, José e Maria dividiram a mesma casa junto com outros 05 amigos, passando o carnaval de 2020. Na primeira noite, José, mediante grave ameaça exercida com emprego de uma faca, constrangeu Maria à prática de conjunção carnal, afirmando ainda que se esta “abrisse o bico” a “coisa ficaria feia para seu lado”. Dois dias depois, no mesmo local, José obrigou Maria a praticar com ele ato libidinoso diverso da conjunção carnal, empregando o mesmo *modus operandi*.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dois crimes de estupro, em concurso material
- b) dois crimes de estupro, em concurso formal impróprio
- c) dois crimes de estupro, em continuidade delitiva
- d) dois crimes de estupro, em concurso formal próprio
- e) um só crime de estupro

76. Acerca dos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É cabível a aplicação do privilégio ao furto qualificado, desde que a qualificadora seja de ordem objetiva e estejam presentes os requisitos da primariedade do agente e o pequeno valor da coisa furtada
- b) A subtração de coisa alheia móvel mediante violência imprópria configura o crime de roubo impróprio
- c) Considera-se chave falsa, para fins de aplicação da qualificadora no furto, qualquer instrumento capaz de abrir uma fechadura sem destruí-la
- d) O crime de receptação é considerado doutrinariamente como um crime derivado ou decorrente, também chamado de crime parasitário, pois pressupõe a existência de um crime antecedente
- e) O delito de estelionato previdenciário, quando praticado pelo próprio beneficiário, tem natureza de crime permanente, uma vez que a ofensa ao bem jurídico tutelado é reiterada.

77. José, jovem de 18 anos de idade, induz Maria, moça de 13 anos de idade, a automutilar-se, afirmando que somente assim teria uma prova de seu amor por ele. José, porém, queria apenas fazer Maria sofrer, pois não tinha qualquer interesse nela. Maria, apaixonada e querendo provar seu amor, pega um estilete e provoca diversas lesões no próprio corpo. Um dos cortes, porém, atinge uma artéria, o que acaba provocando a morte de Maria.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que José deverá:

- a) ser considerado isento de pena em relação ao delito praticado, caso reste comprovado não ser inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato à época da conduta
- b) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma simples
- c) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma qualificada
- d) responder pelo crime de lesão corporal seguida de morte
- e) responder pelo crime de homicídio

78. José atribuiu a si próprio nome falso perante a autoridade policial, com vistas a esconder seus antecedentes criminais e não ser preso por conta de mandado de prisão em aberto contra ele.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) deverá responder pelo crime de falsa identidade
- b) deverá responder pelo crime de falsidade ideológica
- c) deverá responder pelo crime de uso de documento falso
- d) deverá responder pelo crime de estelionato
- e) não deverá responder por crime, eis que sua conduta pode ser considerada como exercício legítimo de sua autodefesa.

79. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere ao crime de corrupção ativa:

- a) trata-se de crime próprio
- b) trata-se crime formal
- c) não é punível na forma culposa
- d) não depende da existência do crime de corrupção passiva
- e) há aumento de pena se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

80. Assinale a alternativa CORRETA no que tange aos crimes contra a administração da Justiça:

- a) Praticará crime de denúncia caluniosa o agente que der causa à instauração de inquérito policial em desfavor de alguém que é inocente, ainda que a inocência do imputado não fosse de conhecimento do agente
- b) Se determinado estrangeiro for expulso do território nacional, mas se recusar a sair, estará praticando o crime de reingresso de estrangeiro expulso, em sua forma equiparada
- c) O crime de favorecimento real prevê isenção de pena ao agente que for ascendente do beneficiado
- d) O crime de coação no curso do processo pode ser praticado em desfavor de testemunha que é chamada a depor em processo administrativo
- e) Por ser crime de mão-própria, não se admite concurso de agentes no crime de falso testemunho

LEGISLAÇÃO PENAL

81. A Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90) apresenta um rol dos crimes que se enquadram em seus dispositivos, entre os quais se pode destacar:

- a) homicídio
- b) lesão corporal de natureza grave
- c) incêndio qualificado pela morte
- d) extorsão
- e) estupro

82. Conforme a Lei n. 9.605/1998, que trata dos crimes ambientais as penas e outras consequências aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas são:

- I - multa
- II - liquidação forçada de pessoa jurídica,
- III - prestação de serviços à comunidade.
- IV - interdição definitiva de direitos.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas corretas:

- a) I e IV.
- b) II, III e V.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

83. Conforme a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) Maria, além de dependente de substância entorpecente, busca a droga e repassa a seus amigos, também usuários. Maria não cobra pela entrega. Em uma das vezes em que foi buscar a droga, no caso, cocaína, acabou presa, com 40 g da substância. Diante da situação hipotética, e tendo em conta a parte penal da Lei de Drogas, assinale a alternativa correta.

- a) Maria, se condenada ao crime de tráfico (art. 33), terá a pena reduzida, por expressa previsão legal, em razão de a droga apreendida ser maconha.
- b) Maria, presa portando 40 g de entorpecente, para uso próprio e compartilhado de amigos, poderá responder pelo tipo penal do consumo pessoal (art. 28) que, expressamente, limita a quantidade da droga em 50 g.
- c) Maria, sendo réu-primário, sem maus antecedentes e por não integrar organização criminosa, se condenada ao crime de tráfico, poderá ter a pena reduzida em até a metade.
- d) Maria poderá ser acusada de tráfico de entorpecentes (art. 33) pois o tipo penal não exige

que as condutas nele previstas sejam realizadas mediante pagamento.

- e) Maria, comprovado que a droga era de uso pessoal e compartilhado dos amigos, não praticou qualquer crime, pois o consumo pessoal de maconha, pela legislação atual de drogas, é descriminalizado.

84. Considere a seguinte situação hipotética: Joana cometeu crime de tortura, contra Fabiana, gestante. Nos termos da Lei n. 9.455/1997, a pena de Joana deverá:

- a) Não sofre aumento nem redução de pena.
- b) Ser aumentada de um terço apenas se houver resultado morte do feto.
- c) Ser aumentada de um quarto até um meio.
- d) Ser diminuída de um terço por não haver resultado morte.
- e) Ser aumentada de um sexto até um terço por ser praticada contra gestante.

85. De acordo com a Lei 13.869 de 2019 que trata dos crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta:

- a) As penas previstas nesta Lei serão aplicadas a depender das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.
- b) As notícias de crimes previstos nesta Lei que descreverem falta funcional serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.
- c) As responsabilidades civil e administrativa dependem da criminal, principalmente no que concerne à questionamentos sobre a existência ou a autoria do fato.
- d) Não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal mesmo as que reconhecerem ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- e) A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 5 anos, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

86. Assinale a alternativa CORRETA em relação ao inquérito policial:

- a) A instauração do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada à representação não depende de representação da vítima, o que é exigido apenas para o oferecimento de denúncia
- b) O recebimento de “denúncia anônima” pela autoridade policial é suficiente para provocar a instauração do inquérito policial, ainda que sem a verificação prévia das informações
- c) Conquanto prevista no CPP, a incomunicabilidade do preso não foi recepcionada pela Constituição Federal
- d) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.
- e) O arquivamento do inquérito policial fundamentado na extinção da punibilidade pela morte do infrator faz coisa julgada material, ainda que reste posteriormente comprovado ter sido lastreado em certidão de óbito falsa.

87. Maria foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação. Por meio de um procurador com poderes especiais, Maria ofereceu representação perante a autoridade policial, sete meses após a prática do crime, pois só descobrira a autoria delitiva há 03 meses. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) houve decadência do direito de representação
- b) não houve decadência do direito de representação, mas a representação não foi válida, eis que deve ser realizada pessoalmente
- c) não houve decadência do direito de representação, mas a representação não foi válida, eis que deve ser realizada perante o Ministério Público
- d) A representação foi válida, mas somente será retratável até o recebimento da denúncia
- e) Caso o MP não ofereça denúncia no prazo legal, mas peça o arquivamento do inquérito policial, Maria não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

88. Uma vez arquivado o inquérito policial por falta de provas, é correto afirmar que:

- a) não será possível a retomada futura das investigações, ainda que haja notícia de prova nova
- b) não será possível a retomada futura das investigações, salvo se houver requerimento da vítima

- c) não será possível a retomada futura das investigações, salvo se houver autorização judicial
- d) será possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova
- e) será possível a retomada futura das investigações, ainda que não haja notícia de prova nova

89. São hipóteses que geram perempção, EXCETO:

- a) quando, iniciada a ação penal privada, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos
- b) quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo para prosseguir no processo qualquer dos legitimados, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias
- c) Quando o querelante deixar de comparecer, justificadamente, a qualquer ato do processo a que deva estar presente
- d) Quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais
- e) Quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor

90. José sequestrou Maria, com vistas à obtenção de pagamento como preço pelo resgate. Maria foi capturada na cidade de Petrópolis-RJ, quando saía de seu local de trabalho. De lá foi levada para um cativeiro na cidade de Macaé-RJ, onde permaneceu por algumas semanas. Enquanto Maria lá estava, José exigiu da família da vítima a quantia de R\$ 1.000.000,00 para libertar Maria. Posteriormente, José leva Maria para a cidade de Cabo Frio-RJ, onde permanece em cativeiro por mais 06 semanas, quando então o cativeiro é estourado e Maria é libertada.

Nesse caso, a competência territorial será:

- a) de uma das varas criminais de Macaé-RJ, local em que foi realizada a exigência de vantagem indevida.
- b) de uma das varas criminais de Petrópolis-RJ, local da captura
- c) de uma das varas criminais de Cabo Frio-RJ, local da libertação de Maria
- d) de uma das varas criminais das comarcas de Petrópolis-RJ, Macaé-RJ ou Cabo Frio-RJ, firmando-se pela prevenção.
- e) de uma das varas criminais das comarcas de Petrópolis-RJ, Macaé-RJ ou Cabo Frio-RJ, a critério do Ministério Público.

91. Em determinado processo criminal que tramita na cidade de Nova Friburgo-RJ, José e Pedro são réus, acusados da prática do crime de roubo majorado. Ao diligenciar para cumprir os mandados citatórios, o Oficial de Justiça certifica que José se encontra em local desconhecido, pois não fora localizado no endereço que consta na inicial acusatória. Todavia, José está atualmente cumprindo pena no presídio de Bangu I, na cidade do Rio de Janeiro-RJ; O Oficial de Justiça certifica, ainda, que o réu Pedro está se ocultando para não ser citado, embora resida no local indicado na inicial acusatória.

Nesse caso, a citação de José e Pedro deverá se dar, respectivamente:

- a) Por edital e por carta com aviso de recebimento
- b) Por edital e por hora certa
- c) Pessoalmente e por hora certa
- d) Pessoalmente e por edital
- e) Por edital, em ambos os casos

92. Acerca das disposições referentes aos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), julgue as assertivas a seguir:

- I – João praticou três crimes de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa), em continuidade delitiva
- II – Pedro praticou um crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa)
- III – Eduardo praticou um crime de falsa identidade (pena: detenção, de três meses a um ano, ou multa)

Nesse caso, presentes os demais requisitos, será cabível o benefício da suspensão condicional do processo a:

- a) João e Eduardo, apenas.
- b) Eduardo, apenas.
- c) Pedro e Eduardo, apenas.
- d) Pedro, apenas.
- e) João, Pedro e Eduardo.

93. De acordo com o Código de Processo Penal, o Juiz está autorizado a substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar em alguns casos. Uma dessas hipóteses ocorre quando:

- a) O agente for maior de 80 anos.
- b) O agente for portador de doença grave.
- c) A agente for gestante, desde que seja gestação de alto risco ou a partir do 7º mês de gravidez
- d) A agente for mulher com filho de até 14 anos de idade incompletos.

e) O agente for homem com filho de até 12 anos de idade incompletos, ainda que não seja o único responsável pelos cuidados dos filhos

94. A respeito das provas e da prisão, assinale a alternativa correta:

- a) O acusado terá o direito, em seu interrogatório, de permanecer em silêncio. Tal silêncio não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- b) Há flagrante ficto quando o agente é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, e então é capturado em situação que faça presumir ser autor da infração.
- c) O Juiz não pode decretar a prisão preventiva de ofício, nem mesmo no curso do processo.
- d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não poderá suprir-lhe a falta.
- e) A existência de prova da materialidade e indícios de autoria é suficiente para a decretação da prisão preventiva.

95. José responde a processo criminal pela prática do crime de furto qualificado pelo arrombamento (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa). Preso em flagrante, a José foi concedida liberdade provisória mediante fiança, arbitrada pelo Juiz em R\$ 10.000,00. Como não tinha dinheiro, José pagou a fiança mediante o depósito de pedras preciosas, em valor equivalente ao da fiança arbitrada. No curso do processo, porém, as referidas pedras preciosas perderam muito de seu valor de mercado.

Nesse caso:

- a) Deverá ser exigido o reforço da fiança, que ficará sem efeito caso não reforçada
- b) Deverá ser exigido o reforço da fiança, que será considerada quebrada caso não reforçada
- c) Deverá ser exigido o reforço da fiança, que será considerada cassada caso não reforçada
- d) Não será necessário reforço da fiança, eis que no ato do pagamento os objetos correspondiam ao valor arbitrado a título de fiança
- e) A fiança será considerada quebrada, não sendo permitido ao réu reforçá-la

LEGISLAÇÃO POLICIAL

96. Conforme o Decreto Estadual n. 2.479/1979, O concurso objetivará avaliar:

- I - o conhecimento e a qualificação profissionais, mediante provas ou provas e títulos;
- II - as condições de sanidade físico-mental;
- III - o desempenho das atividades do cargo, inclusive as condições psicológicas do candidato, mediante estágio experimental.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) Todas estão corretas
- e) Nenhuma está correta

97. O Decreto-Lei n. 218/1975, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único peculiar dos funcionários civis do serviço policial do Estado do Rio de Janeiro são transgressões disciplinares:

- I - falta de assiduidade ou impontualidade habituais
- II - dar informações inexatas, alterá-las ou desfigurá-las
- III - receber insígnias ou carteira de identidade funcional

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

98. Conforme o Decreto-Lei n. 218/1975, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único peculiar dos funcionários civis do serviço policial do Estado do Rio de Janeiro são penas disciplinares:

- a) multa
- b) censura
- c) prisão simples
- d) exoneração
- e) repreensão

99. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975 que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, considerar-se-á em efetivo exercício o funcionário afastado por motivo de:

- a) casamento e luto, até 10 (dez) dias;
- b) desempenho de cargo ou função de confiança na administração pública federal ou estadual apenas.
- c) estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional desde que de interesse para a Administração e não ultrapasse o prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
- d) recolhimento à prisão;
- e) suspensão preventiva, se inocentado afinal;

100. Conforme o Decreto n. 2.479/1979, julgue os itens abaixo:

- I - Independente de exame de sanidade físico-mental a investidura em função gratificada, salvo quando a designação recair em inativo ou em servidor regido pela legislação trabalhista.
- II - O Poder Executivo, ao criar as funções gratificadas, observará os recursos orçamentários existentes para este fim, bem como os símbolos e respectivas gratificações prefixadas em lei.
- III - A posse em cargo em comissão determinará o concomitante afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal.
- IV - Compete à autoridade a que ficar subordinado o servidor designado para função gratificada dar-lhe exercício no prazo de 30 (trinta) dias, independentemente de posse.

Estão corretos os itens apresentados em:

- a) I e II.
- b) II, III e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) I e III.
- e) II e III.

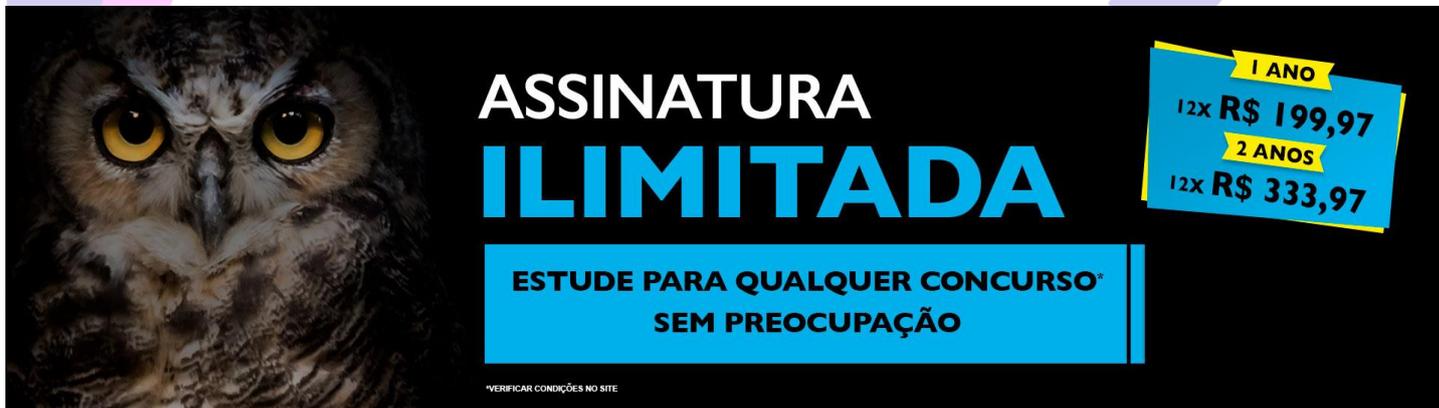
Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PC-RJ-Inspetor-23-02>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

 **Estratégia**



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE